



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA

JOSEFA GRASIELA FERREIRA DE LIMA

PROPOSTA DE UM FLUXOGRAMA PARA TOMADA DE DECISÃO NA
EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

JOSEFA GRASIELA FERREIRA DE LIMA

PROPOSTA DE UM FLUXOGRAMA PARA TOMADA DE DECISÃO NA
EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em educação física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

Orientador(a): Dr. Saulo Fernandes Melo de Oliveira

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Lima, Josefa Grasiela Ferreira de .

Proposta de um fluxograma para tomada de decisão na educação física
inclusiva / Josefa Grasiela Ferreira de Lima. - Vitória de Santo Antão, 2024.
44 : il.

Orientador(a): Saulo Fernandes Melo de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Educação Física - Licenciatura, 2024.
Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Educação Física Inclusiva. 2. Estratégias Pedagógicas. 3. Fluxograma. 4.
Plano de Ensino Individual. I. Oliveira, Saulo Fernandes Melo de. (Orientação).
II. Título.

790 CDD (22.ed.)

JOSEFA GRASIELA FERREIRA DE LIMA

**PROPOSTA DE UM FLUXOGRAMA PARA TOMADA DE DECISÃO NA
EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em educação física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

Aprovado em: 30/09/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Saulo Fernandes Melo de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Me. José Igor Vasconcelos de Oliveira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Lúcia Inês Guedes Leite de Oliveira (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

Esse estudo trata-se de uma pesquisa pura, do tipo descritiva e explicativa, de natureza qualitativa utilizando meios bibliográficos para sustentação da linha de pesquisa. A pesquisa tem como objetivo central analisar e discutir acerca da importância da Educação Física Inclusiva (EFI) através da análise de um fluxograma para auxiliar na tomada de decisão e na adaptação do Plano de Ensino Individual (PEI) nas aulas de educação física que contam com a participação de estudantes com algum tipo de deficiência. Em seguida, foram selecionados e filtrados artigos, monografia, websites, livros e vários outros tipos de materiais para a construção do pensamento crítico, para obter os resultados e a partir deles, fazer a discussão sobre o tema abordado. Os anos de publicação dos dados variam entre 1970, autores de obras clássicas, e 2024 com matérias atualizadas sobre o tema em questão. As plataformas de buscas foram: Google Acadêmico; Google Livros; Repositórios acadêmicos de diversas universidades brasileiras; Sites de unidades de saúde que tratam sobre o assunto. As palavras-chave utilizadas para refinar as buscas foram: “Educação Física Inclusiva”; “Plano de Ensino Individual”; “Pedagogia Inclusiva”; “Uso de fluxograma na tomada de decisões”, por exemplo. Diante do exposto, a abordagem dessa temática é indispensável, pois o professor de educação física, precisa buscar por alternativas e mecanismos que incluam os alunos PcD (Pessoa com Deficiência) aos demais, evitando assim, um ambiente excludente e preconceituoso, além de estimular as capacidades e habilidades desses estudantes ao promover atividades que todos, de forma igual, possa executar. As aulas inclusivas aguçam a empatia, senso do coletivo e igualdade. Vale salientar que, o professor de Educação Física não é o único sujeito que precisa ajustar as didáticas de ensino, a escola (como um todo) e os pais também são agentes imprescindíveis neste processo de inclusão e adaptação. É certo que há muito a ser feito e aprimorado, mas ao identificar o tipo e nível de necessidade especial que o estudante possui e atrelar ao acompanhamento da evolução ou retração nas aulas, o PEI torna-se uma ferramenta excepcional, pois ele permite fazer modificações e assim, nortear o educador físico para experimentar novas abordagens pedagógicas.

Palavras-chave: educação física inclusiva; estratégias pedagógicas; fluxograma; plano de ensino individual.

ABSTRACT

This is a purely descriptive and explanatory study of a qualitative nature, using bibliographic resources to support the line of research. The main aim of the research is to analyze and discuss the importance of Inclusive Physical Education (IPE) by analyzing a flowchart to help with decision-making and adapting the Individual Teaching Plan (IEP) in physical education classes attended by students with some kind of disability. Next, articles, monographs, websites, books and various other types of material were selected and filtered for the construction of critical thinking, in order to obtain the results and from them, make a discussion on the topic addressed. The years of publication of the data range from 1970, authors of classic works, to 2024 with up-to-date material on the subject in question. The search platforms were: Google Scholar; Google Books; academic repositories of various Brazilian universities; websites of health units dealing with the subject. The keywords used to refine the searches were: "Inclusive Physical Education"; "Individual Teaching Plan"; "Inclusive Pedagogy"; "Use of flowcharts in decision-making", for example. In view of the above, addressing this issue is indispensable, as the physical education teacher needs to look for alternatives and mechanisms that include PwD students with the others, thus avoiding an excluding and prejudiced environment, in addition to stimulating the abilities and skills of these students by promoting activities that everyone, equally, can perform. Inclusive classes foster empathy, a sense of the collective and equality. It's worth pointing out that the teacher isn't the only person who needs to adjust their teaching methods; the school (as a whole) and parents are also essential agents in this process of inclusion and adaptation. It's true that there's a lot to be done and improved, but by identifying the type and level of special need that the student has and linking it to the monitoring of progress or retraction in class, the IEP becomes an exceptional tool, as it allows modifications to be made and thus guides the physical educator to experiment with new pedagogical approaches.

Keywords: inclusive physical education; pedagogical strategies; flowchart; individual teaching plan.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	10
2.1 Formação pedagógica em educação física para o contexto educacional inclusivo	10
2.2 Plano de Ensino Individual (PEI) nas aulas de educação física	12
3 OBJETIVOS	16
3.1 Objetivo geral.....	16
3.2 Objetivos específicos	16
4 METODOLOGIA	17
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
5.1 Estratégias de ensino pedagógicas eficazes	18
<i>5.2.1 Discussão acerca das análises extraídas do fluxograma</i>	<i>21</i>
<i>5.2.2 Abordagens pedagógica com Deficientes Intelectuais (DI)</i>	<i>24</i>
<i>5.2.3 Abordagens pedagógica com Deficientes Sensoriais.....</i>	<i>26</i>
<i>5.2.4 Abordagens pedagógica com Deficientes Físicos (Motor)</i>	<i>29</i>
5.3 Plano De Ensino Individual (PEI).....	31
<i>5.3.1 Estratégias para monitorar e avaliar a eficácia do PEI</i>	<i>34</i>
5.4 Desafios e barreiras da educação física inclusiva.....	36
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados obtidos através da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), em 2019 foram identificados que cerca de 17,3 milhões de pessoas, da população brasileira, tinham algum tipo de deficiência a partir dos dois anos de idade (IBGE, 2021).

A mesma pesquisa pontua que na população brasileira com 2 anos ou mais de idade, 3,4% - que em números, correspondem a 6,978 milhões - tinham deficiência do tipo visual; 1,1% (ou 2,3 milhões) eram deficientes auditivos; 1,2% (ou 2,5 milhões) tinham deficiência mental; aproximadamente 3,8% (7,8 milhões) das pessoas de 2 anos ou mais, tinham deficiência física nos membros inferiores e 2,7% (5,5 milhões) nos membros superiores (IBGE, 2021).

Diante dos dados apresentados, nota-se o elevado número de brasileiros com algum tipo de deficiência e assim, cresce também a necessidade de aprofundar os estudos quanto a Educação Inclusiva (EI) e munir os educadores com práticas pedagógicas que facilitem a execução e familiarização dos estudantes com deficiência (ECD) às atividades propostas e desta forma, inseri-los ao contexto social sem exclusão e/ou preconceitos.

Stainback e Stainback (1990), focam na inclusão como um guia para educadores, destacando estratégias práticas para a adaptação curricular.

O autor Heredero (2010) aborda acerca da educação inclusiva nas escolas:

A atenção aos alunos com deficiência dentro da escola inclusiva passa necessariamente por considerar uma escola para todos, na prática e no cotidiano. A forma básica da organização é a sala comum da escola regular, onde devem ser desenvolvidos os currículos para estes alunos. Segundo este pressuposto, entendemos que este é o espaço para a promoção da aprendizagem e inclusão de alunos com necessidades educacionais, e que precisaremos de uma resposta adequada às condições e características dos alunos. Esta estratégia pode ser a adaptação curricular. Esta resposta constitui um contínuo, as adaptações curriculares necessárias para compensar as dificuldades de aprendizagem dos alunos formam uma sequência, que vai desde ajustes pouco significativos, ou de pequeno porte, da proposta educativa comum, a modificações mais significativas, ou de grande porte; desde ajustes temporários a modificações mais

duradouras, sempre tomando a referência do nível, no qual está escolarizado o aluno com deficiência. As adaptações curriculares individuais são os ajustes da proposta curricular, para um aluno ou aluna específico, objetivando estabelecer uma relação harmônica entre essas necessidades e a programação curricular. Estão focalizadas, portanto, na interação entre as necessidades do educando (Heredero, 2010, p. 194).

Portanto, a EI representa um avanço significativo no contexto educacional que busca criar ambientes que promovam a participação efetiva de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades e características individuais. Nesse contexto, a Educação Física Inclusiva (EFI) desempenha um papel crucial ao oferecer oportunidades para que todos os alunos possam vivenciar e produzir conhecimento a partir dos saberes corporais experimentados. Essa abordagem não se limita apenas a proporcionar a participação física, mas também se compromete com a construção de uma cultura inclusiva baseada nos pilares da Cultura Corporal do Movimento.

O autor Munster (2023) corrobora nesse contexto ao detalhar quanto a três principais formas de instrução da EFI, que são:

- Instrução normalizada: trata-se da estrutura curricular tradicional abordada nas aulas, ou seja, planejamento educacional que é igual para todos os alunos, sem diferenciação no programa de ensino;
- Instrução diferenciada: é quando o plano de ensino passa por ajustes a fim de atender os estudantes com deficiência, ou seja, há uma adaptação pedagógica;
- Instrução universalmente desenhada: baseia-se nos princípios universais. O plano pedagógico engloba todos os alunos sem distinção, garantindo que todos os estudantes tenham a oportunidade de participar ativamente e se beneficiar das experiências proporcionadas pela disciplina.

Ao longo das última três décadas, a instrução pedagógica mais utilizada na elaboração e planejamento das aulas, consistia a partir da instrução diferenciada, contudo, com o crescente debate no que se diz respeito a importância das modificações nos planos educacionais na Educação Física Inclusiva, Munster (2023) salienta que a instrução universalmente desenhada está cada vez mais presente nas práticas educacionais no campo da Educação Física, a fim de adaptar a didática de ensino o mais próximo possível do que se estabelece a instrução normalizada (IN) - a

IN, parte do princípio da igualdade das condições de ensino aos alunos com ou sem deficiência. Essa IN viabiliza a participação dos ECD de forma igualitária, ou seja, eles têm acesso ao mesmo currículo pedagógico e os mesmos conteúdos que os demais alunos.

Contudo, vale salientar que ao englobar (generalizar) a abordagem normalizada, a probabilidade de eficácia é mais acentuada quando diz respeito aos estudantes com deficiência leve, pois assim, praticamente não haverá restrições e/ou limitações nas práticas propostas pelo educador físico (Munster, 2023).

Munster (2023) complementa que o método pedagógico mais eficaz atualmente é a instrução universalmente desenhada, com base nos seus levantamentos, o autor aponta que esse tipo de instrução permite introduzir uma nova perspectiva para acompanhar, não apenas as necessidades dos ECD, mas amplia para os demais estudantes na Educação Física.

Por fim, para embasar o presente estudo científico, foram consultados diversos estudos que partem desde autores renomados e clássicos no campo da Educação Inclusiva e da Educação Física como Vygotsky (1978) e Tomlinson (2001), até abordagens e dados mais recentes acerca da temática, com as contribuições de Heredero (2010), Munster (2023), Houghton *et al.* (2022) por exemplo, que ampliam o panorama ao oferecerem insights contemporâneos sobre a Educação Física Inclusiva.

Essas contribuições abrangem desde uma revisão da literatura até modelos práticos que promovem a inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. E desta forma, proporciona uma base mais sólida ao considerar as tendências e avanços mais recentes na área; uso de um fluxograma na tomada de decisões que norteiem os Professores de Educação Física na elaboração e planejamento do Plano de Ensino Individual (PEI); ao longo deste estudo científico, serão analisados de forma descritiva e explicativa as perspectivas e desafios associados à implementação Educação Física Inclusiva, utilizando a pesquisa pura através dos meios bibliográficos, considerando as experiências dos educadores, estudantes e demais stakeholders envolvidos no processo de Educação Física Inclusiva.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Formação pedagógica em educação física para o contexto educacional inclusivo

Tomlinson (2001) dialoga que, ao executar a matriz curricular do ensino tradicional com pouco ou sem instruções diferenciadas, o que prevalece são as reproduções generalizadas, ou seja, não há a execução de aulas que permitem atender os alunos que necessitam de atenção especial no ensino escolar para alcançar o aprendizado efetivo.

Contudo, em uma aula com ferramentas diferenciadas e que objetiva compreender as capacidades intelectuais individual de cada aluno, as semelhanças são reconhecidas e desenvolvidas e, as diferenças que há entre eles, tornam-se elementos fundamentais no processo da busca da aprendizagem e ensino inclusivo (Tomlinson, 2001). Tomlinson ainda completa que o professor ao planejar, de forma proativa a variação dos métodos e metodologias para alcançar essas diferenças, ele atinge o ápice da educação inclusiva, pois ele enxerga a singularidade de cada um como algo tangível e não um problema (in)solucionável.

O educador, na prática pedagógica da Educação Inclusiva, vislumbra na inclusão como a oportunidade de modificar o planejamento educacional único, a fim de ajustar os planos de forma reativa, já é possível observar que cada estudante possui suas limitações e dificuldades, ao implementar essas aulas diferenciadas, o nível de desempenho melhoram significativamente (Tomlinson, 2001).

Portanto, a EI permite a interação coletiva entre os alunos com e sem deficiência. Vygotsky (1978), psicólogo e educador, enfatiza a importância da interação social no processo de aprendizagem. Sua teoria sociocultural destaca que o conhecimento é construído coletivamente, apoiando a ideia de ambientes inclusivos na Educação Física, onde a interação entre os alunos é fundamental.

Considerando-se que os estudantes se diferem quanto a assimilação e absorção dos conteúdos ensinados, o desenho universal para aprendizagem se dispõe de variados meios de engajamento, representação e ação, segundo Munster (2023), são: a) meios de engajamento - aqui, serão utilizados meios didáticos que motivam o aprendizado e a interação com os colegas nas tarefas, atividades com uso de músicas, cartazes de incentivo e entre outros meios educativos potencializam a inclusão dos alunos com deficiência e motiva todos os alunos (com ou sem

deficiência). b) meios de representação - a partir do momento que o educador compreende que cada aluno tem a sua forma particular de compreender e assimilar informações, é importante frisar que o uso de múltiplas formas de ensino facilita a percepção e entendimento das atividades propostas, o uso de diferentes meios como demonstrações visuais; demonstração; uso do contato tátil e outros veículos que impulsionem e potencializem o aprendizados do estudante com deficiência e também aos demais que possuem dificuldades de compreensão. c) meios de ação e expressão - esse meio atende estudantes com deficiência sensorial, distúrbio de movimento e barreiras linguísticas, por exemplo.

Ao debater sobre Educação Física Inclusiva, o autor Munster (2023) levanta o diálogo que os professores devem reconhecer que cada um dos seus alunos possui limitações e habilidades distintas, além de estilo de aprendizagem e assimilação das informações passadas, por exemplo. O estudioso ainda relata que ao ter o olhar sensível, através da avaliação individual do perfil de aprendizagem de cada um dos seus estudantes, o educador quebra as barreiras que impedem esses alunos a participarem ativamente das atividades propostas. Tani (2005) fornece fundamentos para uma abordagem desenvolvimentista na educação física escolar. Sua visão destaca a importância de considerar o desenvolvimento individual dos alunos ao criar ambientes inclusivos.

Herederó (2010), define que os princípios da escola inclusiva, de acordo com os estudos de vários estudos encontrados na literatura, seriam:

- A inclusão é um direito;
- A educação deve discriminar positivamente;
- Importância do aluno e sua singularidade;
- Trabalho para conseguir uma nova escola: conceito, alunato, pais, comunidade;
- Utilização de metodologias que usem a interdisciplinaridade;
- Procura de uma escola de qualidade;
- Melhora do clima institucional;
- Trabalho e ensino em equipe.

A superação da dualidade entre teoria e prática, evidenciada por Saviani (2011), é um desafio compartilhado na busca por ambientes inclusivos na Educação Física. Adicionalmente, a Abordagem Histórico-Crítica, mencionada por Saviani, destaca a importância da escola como instrumento coletivo de superação da alienação. Na Educação Física Inclusiva, essa perspectiva pode ser aplicada para transformar a escola em um instrumento que atinge os filhos de diferentes contextos sociais, contribuindo para a mudança na prática social, buscando não apenas a inclusão física, mas também a emancipação e a transformação social.

A ideia central é que as modalidades esportivas adaptadas para pessoas com deficiência podem ser inclusivas, proporcionando oportunidades de todos participarem, independentemente das habilidades físicas. Isso sugere uma abordagem integradora, em que a prática desses esportes pode ser incorporada de maneira eficaz aos currículos tradicionais de Educação Física, contribuindo para experiências de aprendizado enriquecedoras para todos os alunos (Winnick, 2004).

É importante deixar claro que a aplicação do modelo de atividades inclusivas não se restringe apenas aos alunos com deficiência ou com transtornos globais de desenvolvimento, ele pode ser oferecido aos estudos com ou sem deficiência, podendo participar os indivíduos das mais diversas condições físicas ou cognitivas Munster (2023).

Em resumo, Heredero (2010) sintetiza que para implantar e efetivar esse modelo de escola inclusiva, uma das respostas poderia ser o uso de estratégias como as Adaptações Curriculares Individuais que, partindo do currículo tradicional, viabilize organizar os conteúdos bases da disciplina para as atividades serem iguais, tanto para os estudantes com deficiência, como para os que não são.

2.2 Plano de Ensino Individual (PEI) nas aulas de educação física

Inicialmente, é necessário quebrar o tabu de que a Educação Física é apenas a área do conhecimento que tem como objetivo principal a cultura corporal de movimento, para além disso, a EF auxilia no desenvolvimento educacional pois estimula a expressão corporal e o movimento como formas de comunicação não-verbal (Alves *et al.*, 2013). mostra que os jogos, lutas, as ginásticas e a dança permitem que os alunos com deficiência transmitam os seus comportamentos,

sentimentos, valores coletivos e sociais, além de propiciar a descoberta e desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades.

Diante disso, não se deve simplificar as aulas de Educação Física, pois são nessas aulas que os alunos se desprendem das cadeiras da sala de aula e libera sua energia e talento, é o momento que permite a descontração e a interação direta entre os alunos. Aqui, a criatividade aflora e a expressão corporal passa a ser o meio de comunicação (Alves *et al.*, 2013).

Assim sendo, Alves *et al.* (2013) finaliza acrescentando que o papel do educador físico é criar oportunidades que viabilizem de forma prazerosa o ensino-aprendizagem, que considere as diferenças existentes dentro do grupo e assim, adapte o ensino e inclua todos os alunos na sua proposta pedagógica.

Portanto, é a partir desse viés que surge a necessidade de Planos de Ensino Individual, a fim de inserir ativamente nas aulas de educação física os alunos com deficiência junto aos demais estudantes. Portanto, a definição do Plano de Ensino Individual aplicado na Educação Física consiste em:

Uma ferramenta capaz de auxiliar na avaliação de estudantes com deficiência e na identificação dos níveis de apoio necessário. Sobretudo, esse documento fornece alguns indicadores para a elaboração do programa de ensino de Educação Física voltado às necessidades educacionais individuais de estudantes com deficiência (Munster, 2023, p. 19).

Bacciotti (2022) adiciona nesse debate que, pode-se definir o PEI como um plano de ação para os educadores físicos que possuem em suas turmas alunos com algum tipo de deficiência, física ou intelectual. Glat; Vianna; Redig (2012) completam essa definição e descrevem o PEI: em primeira instância, é um plano educacional “personalizado”, mas que está inserido e somatizado ao planejamento escolar, ou seja, os conteúdos a serem ensinados são os mesmos propostos a todos os alunos. Os professores são responsáveis diretos pelo desenvolvimento do plano, porém eles contam com o suporte complementar de outros professores que são especialistas, com profissionais de outras áreas de conhecimento e até mesmo da família dos próprios alunos.

Tannús-Valadão (2013) adiciona que o PEI deve ser um plano escrito, uma espécie de contrato no qual estarão descritos o planejamento educacional, porém sem deixar de seguir o plano original pedagógico. Nesse registro, há as particularidades

de cada aluno que necessita de atenção especial, deve ser feito a partir de uma avaliação aprofundada sobre as habilidades, pontos fortes do estudante, bem como o que precisa ser elaborado para adaptar as atividades pedagógicas a fim de promover o aprendizado.

Os autores, Bacciotti (2022) e Glat; Vianna; Redig (2012), dividem o PEI em três partes principais e indispensáveis para o sucesso do plano, que são:

- Primeira Parte: obter o máximo de informações sobre o aluno com deficiência;
- Segunda Parte: avaliar o nível de desempenhos dos estudantes afim de compreender as suas habilidades e a partir disso estabelecer a intensidade e o tipo de apoio para execução das atividades
- Por último, a terceira parte deve especificar sobre o programa de ensino de EF, estabelecendo objetivos e metas, e indicando estratégias para favorecer o aproveitamento do estudante dentro deste componente curricular. Vários estudos na área de Educação Especial defendem a participação (sempre que possível) dos próprios estudantes com deficiência nas reuniões do PEI.

Tanto Fontana; Cruz; Paula (2019), como Bacciotti (2022) ressaltam que o educador físico ao formular o PEI, elabora seu plano de ensino com base nesses dados coletados anteriormente, a fim de correlacionar as propostas curriculares com metodologias de práticas físicas que atendam as necessidades especiais dos seus alunos. E para que o plano seja bem-sucedido, é importante fazer avaliações contínuas, como estratégia de avaliar a eficiência do PEI.

Desta forma, ao implantar o PEI nas aulas de educação física, o professor passa a atentar-se ao aprendizado ou defasagem do aluno deficiente; adaptar as atividades, caso necessário, e assim, proporcionar a inclusão dos alunos no contexto escolar (Fontana; Cruz; Paula, 2019).

Tradicionalmente, o PEI não tem campo para as informações específicas das aulas de Educação Física. Em geral, o educador adapta o método, recorrendo às observações e a partir delas, o professor faz uma descrição detalha sobre o desenvolvimento motor, habilidades de absorção das informações, e outros aspectos que permitam identificar quais as necessidades individuais de cada aluno. Através dessas informações, o professor de Educação Física compreende melhor quanto as

necessidades dos seus estudantes e assim, permite estabelecer metas e propor ajustes curriculares e adaptação nas metodologias (Munster *et al.*, 2014).

Assim, Tannús-Valadão (2013) finaliza pontuando que os planos de ensino concentrados no aluno têm sido uma das ferramentas mais utilizada atualmente, com a proposta de garantir a educação escolar comum a todos os alunos (com ou sem deficiência). No Brasil, segundo Tannús-Valadão (2013), ainda não existe no país dispositivos federais que garantam a execução do PEI e, por isso, o plano individual passa a ser pouco elaborado ou até mesmo não há a sua implantação nas escolas.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Apresentar uma proposta de ferramenta de tomada de decisão para educação física inclusiva.

3.2 Objetivos específicos

- Caracterizar caminhos de tomada de decisão e proposição de estratégias didáticas para tomada de decisão em aulas de Educação Física a fim de incluir estudantes com deficiência motora, sensorial, intelectual e TEA;
- Apresentar dicas de estratégias didáticas de aulas de Educação Física, incluindo os alunos com deficiência motora, sensorial, intelectual e TEA.

4 METODOLOGIA

A pesquisa é do tipo qualitativa descritiva que de acordo com Gibbs (2009), trata-se do método que permite desenvolver e refinar os conceitos existentes na literatura sobre o assunto abordado. Gibbs adiciona que esse tipo de pesquisa tem como característica principal basear os estudos a partir de textos e escritas científicas e posteriormente fazer a transcrição ou escrita dos principais pontos levantados.

O estudo norteia-se através da pesquisa bibliográfica para o embasamento teórico, segundo Macedo (1994), trata-se do ato de pesquisar o máximo de informações acerca do tema ou problema em questão. A partir desta coleção de dados bibliográficos, é possível o cientista elaborar fichamentos contendo os principais pontos e conceitos para estruturar e embasar a sua pesquisa científica. A autora ainda complementa que a “revisão bibliográfica” ou “revisão da literatura” trata-se de uma espécie de “varredura” que permite o estudioso aprofundar-se sobre o assunto a partir de outros trabalhos já publicados e realizados por outros cientistas da área.

Diante disso, as etapas para a pesquisa e conclusão dos objetivos propostos, parte inicialmente pela coleta de informações e sondagem dos principais conteúdos e materiais disponíveis sobre a Educação Física Inclusiva; posteriormente foi realizado o filtro da pesquisa com buscas mais específicas, utilizando-se palavras-chave, como por exemplo: “Plano de Ensino Individual (PEI)”; “Educação Física Inclusiva (EFI)”; “Práticas educativas para PcD”; “Uso de fluxograma na EFI”; “Desafios da EFI”; “Eficácia do PEI” e a construção do fluxograma para tomada de decisões utilizando também a literatura na elaboração do mesmo.

As bases de dados utilizadas foram as bibliotecas digitais das Universidades brasileiras (Monografias, Teses e Dissertações); plataforma digital “SciELO”; Google Acadêmico; Periódicos de revistas on-line; Matérias de websites; E-books. Os anos das publicações utilizadas no presente trabalho variam entre 1970 (autores de obras clássicas) e 2024 (com matérias atualizadas sobre o assunto).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos da Criança que tem como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda criança tem direito à educação, sem discriminação, seja de credo, cor, raça, sexo ou qualquer tipo de deficiência. Neste mesmo documento, consta o Princípio 7º, nele está explícito que todas as crianças devem ter a oportunidade de participação em atividades recreativas e de lazer. Portanto, a educação é um direito de todos, e o ambiente escolar é multidisciplinar e de interação (Santos; Matos; Santos, 2020).

Nesse viés, a efetivação da disciplina de Educação Física (EF) com a participação ativa dos alunos com deficiências, promove um grande avanço e garante que o Direito Humano e das Crianças se aplique em todas as instâncias da instituição de ensino.

Santos; Matos; Santos (2020) ainda complementam que a Educação Física Inclusiva (EFI) contribui na formação e no desenvolvimento dos alunos. Contudo, ao longo da história nota-se que nas aulas de EF ainda existe segregação entre os menos habilitados, os que são fisicamente menos aptos e ainda das pessoas com deficiências. É a partir desse discurso, que a Educação Física Inclusiva assume um importante papel.

Assim sendo, a partir de diversas análises de conteúdos científicos que auxiliaram na análise crítica, neste capítulo serão apresentados os principais estudos e debates acerca da Educação Física Inclusiva (EFI), visando o aprimoramento e a efetivação da disciplina; os desafios encontrados na efetivação do Plano de Ensino Individual (PEI); além da criação e análise de um fluxograma para auxiliar tomada de decisões e assim, dar o suporte necessário ao educador físico na elaboração estratégica do PEI.

5.1 Estratégias de ensino pedagógicas eficazes

Neste tópico serão discutidos e abordados os estudos de Silva; Sousa; Vidal (2008) e Fiorini; Manzini (2018), onde ambos estudos foram selecionados em meio aos 7 estudos pesquisados, eles mostram a respeito das estratégias para que o ensino da educação física inclusiva seja realizado de forma eficaz.

A EF adaptada permite, segundo Silva; Sousa; Vidal (2008), perceber os limites e as possibilidades que os alunos com deficiência possuem durante as aulas. Os autores evidenciam que apenas propor um plano de ensino especial não assegura a implantação e inclusão desses estudantes. Há um outro ponto em questão: o indispensável papel do professor em articular o tempo da aula, com o espaço disponível para execução das atividades e conhecimentos específicos que possam auxiliar nesse processo de elaboração de atividades eficazes.

Portanto, ao propor mecanismos que visem além dos rendimentos físicos e técnicos de cada indivíduo, trabalhando os aspectos históricos sociais e as limitações físicas e mentais, o educador físico atinge com êxito o objetivo do ensino da educação física inclusiva (Silva; Sousa; Vidal, 2008).

Diante do exposto, os autores Fiorini e Manzini (2018) analisaram nos seus estudos que há cinco estratégias fundamentais utilizadas por professores de educação física no ensino pedagógicas, que são elas: 1) Estratégias Prévias; 2) Estratégias de Auxílio por meio de Colega Tutor; 3) Estratégias para o Ensino da Atividade; 4) Estratégias que Decorrem da Resposta ou da Ação do Aluno; e 5) Estratégias para a Comunicação. Estas, possuem a finalidade de promover a participação de alunos com deficiência auditiva (DA) nas mesmas atividades que os demais alunos da turma.

Ainda conforme Fiorini e Manzini (2018), a seguir serão descritas cada uma dessas estratégias pedagógicas:

- 1) Estratégias Prévias são as ações do plano de educação física que são pontuadas antes das atividades. Esse tipo de estratégia permite que o professor planeje as atividades em condições favoráveis para os alunos com deficiência e que possam inclui-los junto aos demais colegas. Tem por finalidade explicar como será executada a atividade física para todos.
- 2) Auxílio por meio de Colega Tutor, ou seja, o professor seleciona um aluno sem deficiência para acompanhar e auxiliar o aluno que possui deficiência, indo desde a explicação até a execução da atividade.
- 3) Ensino da Atividade, ela tem o objetivo de demonstrar a atividade. Essa estratégia é realizada quando o aluno com deficiência mesmo com a explicação oral não compreendeu, o que leva a desmotivação e frustração por parte do

aluno, e para que ele consiga realizar a atividade, o professor deve realizar a demonstração detalhada e assim, estimular a participação desse estudante.

- 4) Resposta ou da Ação do Aluno, aqui há adaptação na regra, na forma de abordagem das explicações e comunicação. Neste momento, o aluno com deficiência deve ser incluso dentro do círculo participativo com os demais, onde o professor de educação física busca sempre a participação ativa e inclusiva do aluno com deficiência. Ao fazer isso, o professor recebe uma resposta do aluno com necessidades especiais.
- 5) Comunicação. Ela é definida como as ações que o educador físico precisa ter para se comunicar corretamente com o aluno com limitações. No caso do estudo de Fiorini e Manzini (2018), que acompanha na pesquisa uma aluna deficiente auditiva, o professor utilizou a comunicação não verbal, utilizando gestos e expressões faciais. Aqui, ao utilizar meios de comunicação acessível e compreensível, o PEF explorou o máximo de recursos que ele tinha para falar com sua aluna.

Portanto, ao somar os argumentos de Silva; Sousa; Vidal (2008) com os estudos de Fiorini e Manzini (2018) é notório a real necessidade de não apenas criar um plano de ensino inclusivo, mas também fazer com seja contínuo e eficaz.

É importante destacar que os estudos de Fiorini e Manzini (2018) foram especificamente com crianças com Deficiência Auditiva, contudo, as estratégias podem ser facilmente adaptadas para os mais diversos tipos de deficiências, porém, é necessário que o educador físico busque por conhecimentos na literatura para compreender as limitações e a respeito das ferramentas que possam ser incluídas na EFI.

No tópico seguinte serão apresentados fluxogramas para tomada de decisões e através dele, é possível identificar quais os melhores caminhos para acompanhar e integrar os alunos com deficiência no contexto social, sendo este, o ambiente onde se formam as interações entre os docentes nas aulas de educação física. A partir do momento que se conhece as particularidades de cada um desses estudantes PcD, fica mais fluido os mecanismos de abordagens no ensino da EFI.

5.2 Análise do fluxograma para tomada de decisão nas atividades físicas

A EJFGV (2024), define Fluxograma como uma ferramenta de representação gráfica que tem a finalidade de descrever os passos de um processo ou tomada de decisão, com um escopo pré-definido e simplificado. O fluxograma, quando bem elaborado, norteia de forma prática e objetiva qual a sequência ideal a ser seguida para atingir o resultado esperado. A partir desse princípio básico, este capítulo foca na apresentação visual de fluxogramas na tomada de decisões na Educação Física Inclusiva (EFI).

5.2.1 Discussão acerca das análises extraídas do fluxograma

Tendo em vista a necessidade em promover estratégias de ensino para a Educação Física Inclusiva, o objetivo central do presente estudo trata-se na elaboração de um fluxograma para auxiliar na tomada de decisão e assim visualizar melhores formas para a criação de Planos de Ensino Individual (PEI) que sejam assertivos e inclusivos, para que assim, as crianças com deficiências possam fazer parte do grupo nas aulas de Educação Física, viabilizando a participação sem preconceitos ou restrições no contato com os demais alunos.

Matos (2021) reafirmar esse argumento ao relatar que o educador físico que tem em suas turmas alunos com algum tipo de deficiência, deve recorrer à recursos didáticos que estimulem e adaptem o ambiente no qual ocorrem as práticas físicas e assim, englobar a participação sem distinções ou isolamento dos PcD.

Portanto, o fluxograma elaborado é o ponto chave do presente estudo, nele há os principais elementos norteadores a fim de identificar as limitações dos alunos que compõem a turma de Educação Física e o que deve ser adaptado no planejamento didático-pedagógico. A partir dele, é possível fazer os seguintes questionamentos: “Qual a dimensão da deficiência” (qual o tipo?); “Qual o subgrupo da deficiência?”; “Qual(is) a(s) proposta(s) de ação(ões)?”

O ponto de partida para a construção e delineamento das informações do fluxograma, consistem nos princípios que serão detalhados a seguir:

1. Diretivo e propositivo;
2. Resumido;
3. Flexível;

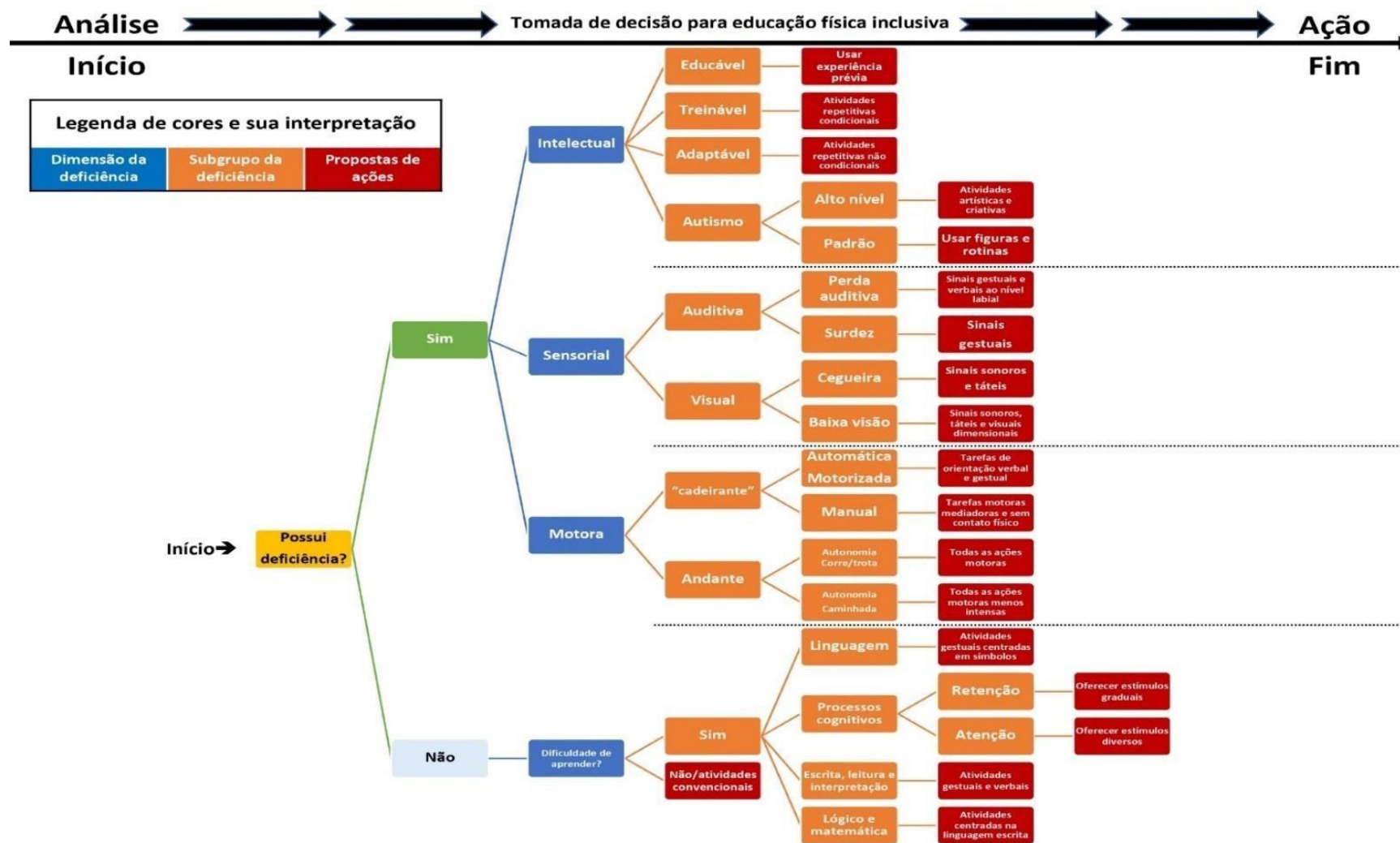
4. Generalista em termos de conteúdos;
5. Relativamente simples para entendimento;
6. Que permita acesso/consulta rápida pelo professor;
7. Que esteja alinhado com os cinco temas da educação física escolar (dança, esporte, ginástica, lutas e jogos);
8. Centrado no estudante com deficiência;
9. Contemplar todos os estudantes de uma mesma turma em uma mesma aula;
10. Não desconsiderar as escolhas, prerrogativas e liberdades individuais do professor e dos alunos quanto às suas necessidades educacionais e preferências de abordagens da EF.

Por fim, os tópicos seguintes serão debates que englobam as análises dos fluxogramas elaborados e a discussão, baseando-se em várias abordagens e práticas existentes na literatura.

A **Figura 1** mostra o fluxograma geral. Para iniciar as tomadas de decisões, é necessário primeiramente fazer o seguinte questionamento: “O aluno, possui algum tipo de deficiência?”. Caso sim, a próxima etapa será identificar qual o tipo da deficiência se motora, sensorial ou intelectual. Agora, com o tipo pré-defino, é possível refinar e aplicar a metodologia pedagógica que melhor se encaixa nas necessidades do aluno a fim de garantir o aprendizado e interação nas aulas propostas pelo professor de educação física.

O Fluxograma 1 (**Figura 1**) também dispões da avaliação quanto aos alunos que não se enquadram em nenhuma das deficiências, mas que possuem dificuldades de aprendizado. O educador físico ao utilizar o mecanismo da observação e relato por escrito dos comportamentos dos estudantes, ele consegue visualizar qual a melhor metodologia, e elaborar o PEI também para esses alunos não deficientes.

Figura 1- Fluxograma na tomada de decisão para Educação Física Inclusiva



Fonte: Os autores, 2024.

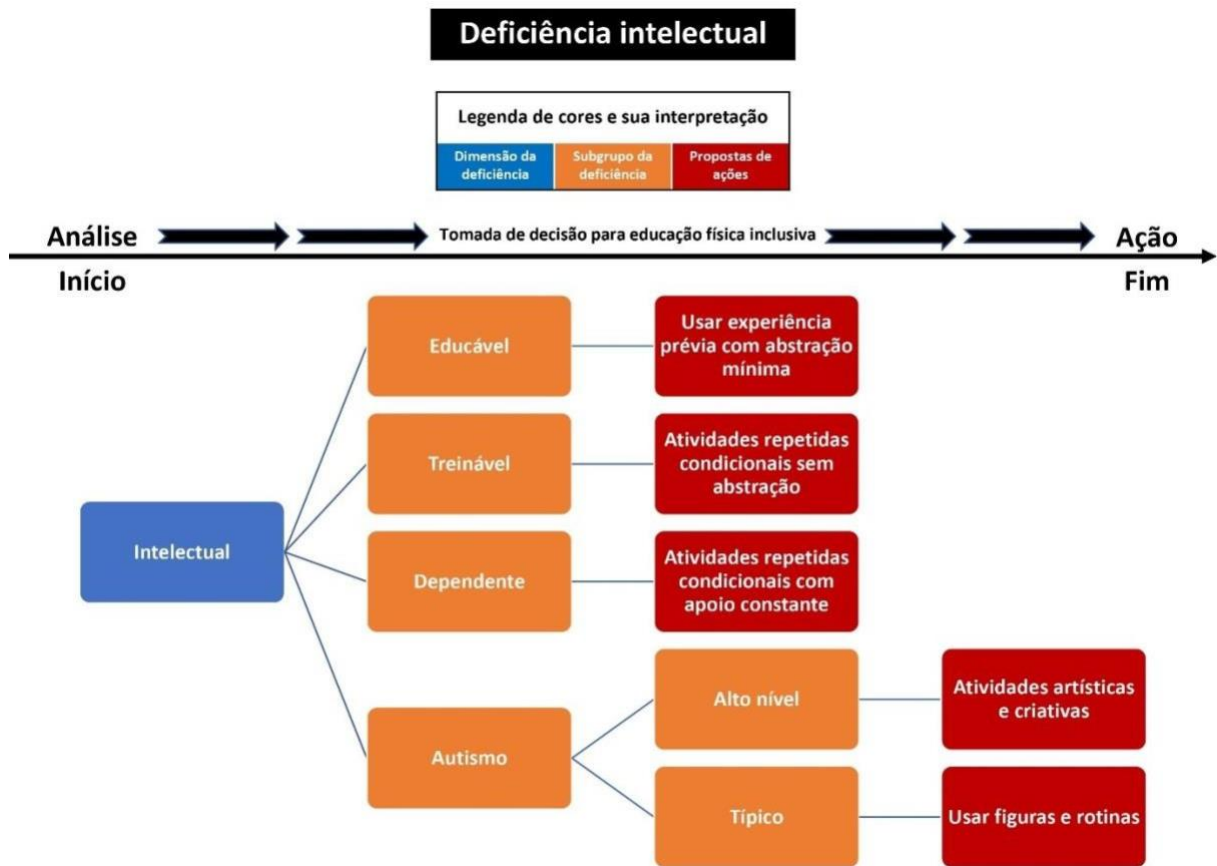
É crucial salientar que qualquer indivíduo, independentemente de possuir ou não alguma deficiência, pode precisar de suporte, seja no aspecto prático ou informacional. Não há uma correlação direta entre o tipo de deficiência e as áreas que podem necessitar de assistência. Pessoas com deficiência motora precisam, assim como aquelas sem deficiência, que a informação recebida seja clara e adequada ao seu modo de compreensão. Essa compreensão pode ser alcançada de diversas formas: disponibilizando informações em pequenas doses, seguindo um modelo de análise de tarefas ou utilizando diferentes formas além da comunicação verbal, por exemplo, através da escrita, símbolos, esquemas etc. (Rodrigues, 2006).

Nos próximos fluxogramas, **Figuras 2, 3 e 4**, concentram-se as deficiências existentes no fluxograma da **Figura 1**, porém de forma mais ampliada para melhor representação visual.

5.2.2 Abordagens pedagógica com Deficientes Intelectuais (DI)

A **Figura 2** representa o fluxograma para auxiliar nas aulas de educação física que contam com a participação de alunos com deficiência intelectual (DI). Nota-se que o fluxograma abre um leque de subgrupos, que consistem em: Educável; Treinável; Dependente; Autismo. Para cada um desses subgrupos, há especificações quanto ao método mais eficiente na abordagem das atividades. A partir dessas informações particulares do estudante, o educador consegue aprimorar o seu plano de ensino, baseado no plano didático padrão, contudo, com adaptações que permitam a interação e participação ativa de todos os alunos no momento das aulas de Educação Física.

Figura 2- Fluxograma na tomada de decisão para Educação Física Inclusiva – alunos com deficiência intelectual.



Fonte: Os autores, 2024.

De acordo com Rodrigues (2006), as pessoas que possuem algum tipo de deficiência intelectual possuem dificuldades de processar e compreender informações, diante disso, o educador deve explorar atividades pedagógicas focada em representações simbólicas, lúdicas e que contenham um pequeno nível de informações e complexidade.

Um exemplo prático acerca dos tipos de deficiência intelectual são os portadores de Síndrome de Down (SD). De acordo com Giroldo (2020), trata-se de uma forma genética que se enquadra na classificação de deficiência intelectual (ID). O autor relata que o indivíduo com Down não é um doente e nem possui algum tipo de anomalia, mas sim um portador de uma desordem nos cromossomos, trata-se de uma condição genética.

Giroldo (2020) detalha que as pessoas com SD apresentam maior taxa de mortalidade nos primeiros anos de vida, em comparação à população geral, esse fato

dar-se devido a fatores como as más formações congêntas internas e ao amplo espectro de complicações clínicas. Diante disso, as práticas de atividades físicas se fazem indispensável no dia a dia desses indivíduos. Ao elaborar um programa individual, seja para os portadores de SD ou não, os alunos desenvolvem a socialização com os demais, além de proporcionar qualidade de vida.

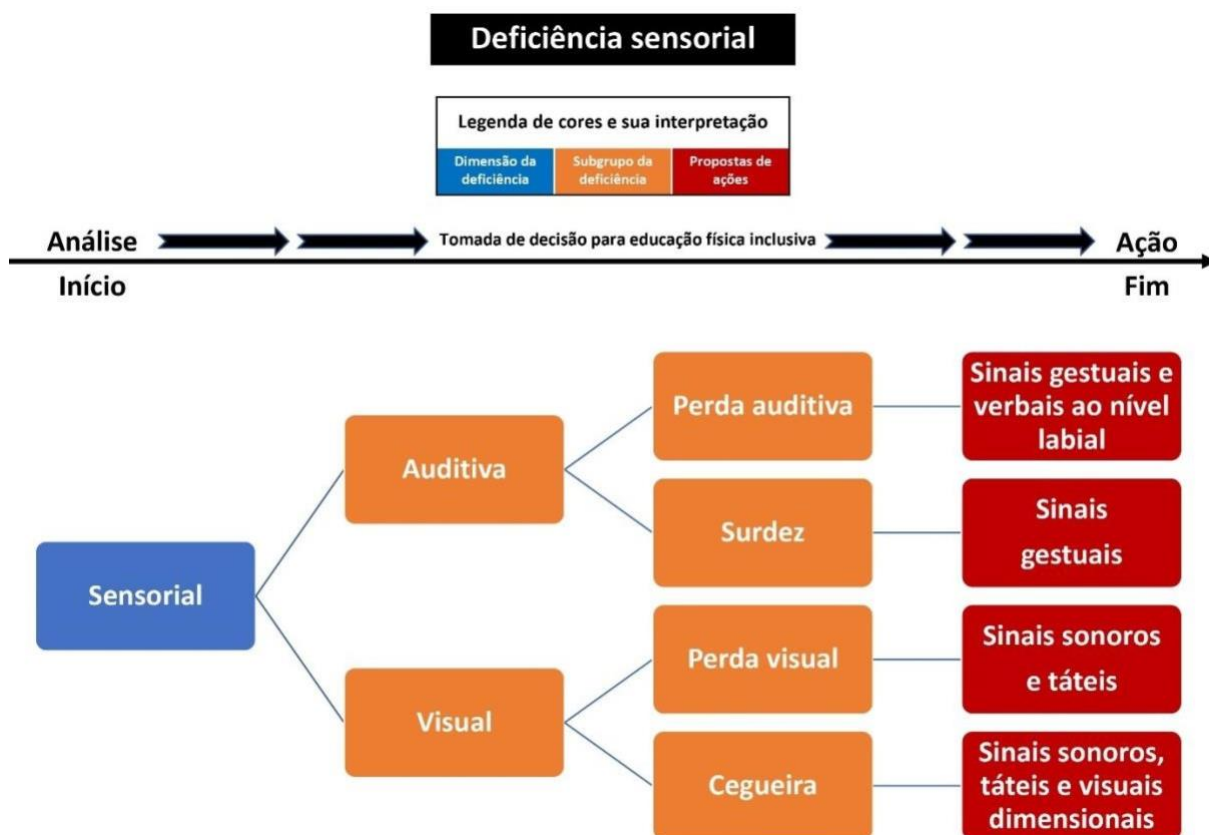
As atividades físicas para as pessoas com SD precisam passar por adaptações. Essas mudanças devem se adequar as limitações dos alunos e que alcancem de forma harmônica, todos os sentidos do corpo, indo desde o sistema nervoso, muscular, da circulação sanguínea, desenvolvimento motor, respiração até as vias metabólicas. Os exercícios regulares também influenciam diretamente no psicológico e na convivência social (Girolto, 2020).

Portanto, a educação física inclusiva para alunos com SD auxilia no atraso motor com atividades que promovam estímulos neuromuscular e assim estimular habilidades que até então não foram aprendidas ou desenvolvidas corretamente; a EFI também proporciona resultados significativos no processo de adaptação social, com a aplicação de exercícios que trabalhem a interação em grupo e nas questões emocionais, procurando melhorar a autoimagem, a linguagem, a comunicação, a expressão, por exemplo (Girolto, 2020).

5.2.3 Abordagens pedagógica com Deficientes Sensoriais

A **Figura 3** representa o fluxograma para auxiliar nos planejamentos das aulas para os alunos deficientes auditivos (DA) e/ou deficientes visuais (DV). A partir da análise quanto ao nível da deficiência, o educador é capaz de elaborar o PEI viabilizando atividades que permitam a participação desses estudantes, nas práticas físicas.

Figura 3- Fluxograma na tomada de decisão para Educação Física Inclusiva – alunos com deficiência sensorial.



Fonte: Os autores, 2024.

Há vários estudos práticos quanto a didática-pedagógica para tender os DV e os DA, a seguir, serão demonstrados alguns levantamentos que podem auxiliar os Educadores Físicos para incrementar e desenvolver o PEI para seus alunos com atenção especial.

Sendo assim, com base nos levantamentos de Matos (2021), os alunos com deficiência visual (DV) devem ter acompanhamento e orientação do professor de RF através de estímulos auditivos ao passar as instruções e quanto a disposição espacial do local em que a aula está sendo realizada. Aos poucos, segundo o autor, os discentes ganham autonomia e confiança, pois de forma gradual, eles aguçam as suas habilidades instintivas, eles conseguem identificar a quantidade de passos que tem no trajeto, por exemplo. Mas, vale salientar que mesmo com a adaptação no quidiz respeito ao espaço e as atividades, os alunos precisam continuar sendo instruídos e acompanhados pelo educador físico.

Os autores Boato; Lourenço (2021) relatam em seu estudo que o primeiro passo para inclusão dos alunos com Deficiência Visual (DV) nas aulas de Educação Física consiste em o educador físico estabelecer uma relação de confiança e afetividade com o estudante, posteriormente é preciso que o professor realize simulações de como será a atividade da aula, antes das práticas e diante disso, é possível identificar os ajustes necessários; se a atividade consegue ser executada pelo DV e os demais alunos; estabelecer o nível de dificuldades, por exemplo.

Ao utilizar a ludicidade como ferramenta pedagógica nas práticas de atividades físicas, os alunos DV assimilam melhor as instruções e sentem mais facilidade de colocar o seu corpo em situações que precisem de equilíbrio, coordenação motora, por exemplo (Boato; Lourenço, 2021). Os autores complementam que a relação entre Educador Físico e aluno DV deve estar baseada em: afetividade, confiança, segurança e ludicidade.

Boato; Lourenço (2021) retratam que não existe Educação Física Especial para alunos com deficiência. A prática física é a mesma para todos, sem distinção. Contudo, o que se difere são as adaptações quanto as estratégias de execução; instruções adaptadas para os DV compreenderem sobre a atividade a ser executada; a disposição do espaço de locomoção; os objetivos que serão utilizados.

Desta forma, não se trata de inventar novos movimentos ou atividades, mais sim de buscar por alternativas que permitam que os deficientes visuais sintam os movimentos que o seu corpo pode fazer – habilidades e limitações – e como se comporta diante dos desafios (Boato; Lourenço, 2021).

Ainda utilizando o raciocínio de Boato; Lourenço (2021), os alunos com DV podem jogar bola, fazer teatro e dança livre ou com coreografias; podem praticar ginástica artística, ou seja, são capazes de executar qualquer outro tipo de atividade que são praticadas pelos colegas que não possuem deficiência. Os autores frisam a importância de não tornar as aulas rígidas, pouco criativas e excludentes. É indispensável proporcionar aos estudantes vivências lúdicas que permitam sentir desejo e satisfação ao estar inserido no coletivo, com isso, eles conseguem melhorar o seu comportamento diante do medo e frustrações, se sentem capazes de explorar as diversas possibilidades e conhecer o seu corpo.

Para exemplificar de forma prática quanto adaptação de atividades físicas para alunos DV, serão apresentados de forma sucinta relatos do estudo prático da autora

Patrício (2013). O seu estudo parte para adaptação da aula de natação com uma criança de 5 anos de idade, ela detalha que acompanhou o desenvolvimento da aluna ao longo de 9 meses, as etapas iniciais consistem em utilizar a piscina aquecida, pois traz uma sensação mais acolhedora para o corpo; em seguida descrever de forma verbal sobre as características do ambiente acompanhado pelo estímulo tátil. Ao chegar nos 9 meses de acompanhamento, a educadora física Patrício (2013) observou que a aluno melhorou quanto a segurança em estar fazendo a atividade física, melhora na interação com os demais colegas, melhora motora e cognitiva. Os estudos de Rosanelle; Arantes (2013) complementam que o uso do nada crawl adaptado para DV é um excelente estimulante para desenvolver as habilidades físicas desses alunos.

Martins; Marques (2014) perceberam, ao longo dos seus levantamentos, que os alunos com deficiência auditiva (DA) se desenvolvem melhor quando as atividades propostas são baseadas na expressão corporal, pode ser considerada como o principal veículo para a comunicação e interação social em seu meio. Os autores ainda discutem que são diversas as formas de instrumentos utilizados nas aulas de educação física, como por exemplo, aula de dança. O uso dos movimentos corporais, ritmo e expressões faciais, são os veículos que ligam os surdos e os ouvintes, permitindo assim, a inclusão dos alunos com DA no seu ambiente com os demais alunos, melhora a sua confiança e proximidade no relacionamento com a família e a sociedade no geral.

5.2.4 Abordagens pedagógica com Deficientes Físicos (Motor)

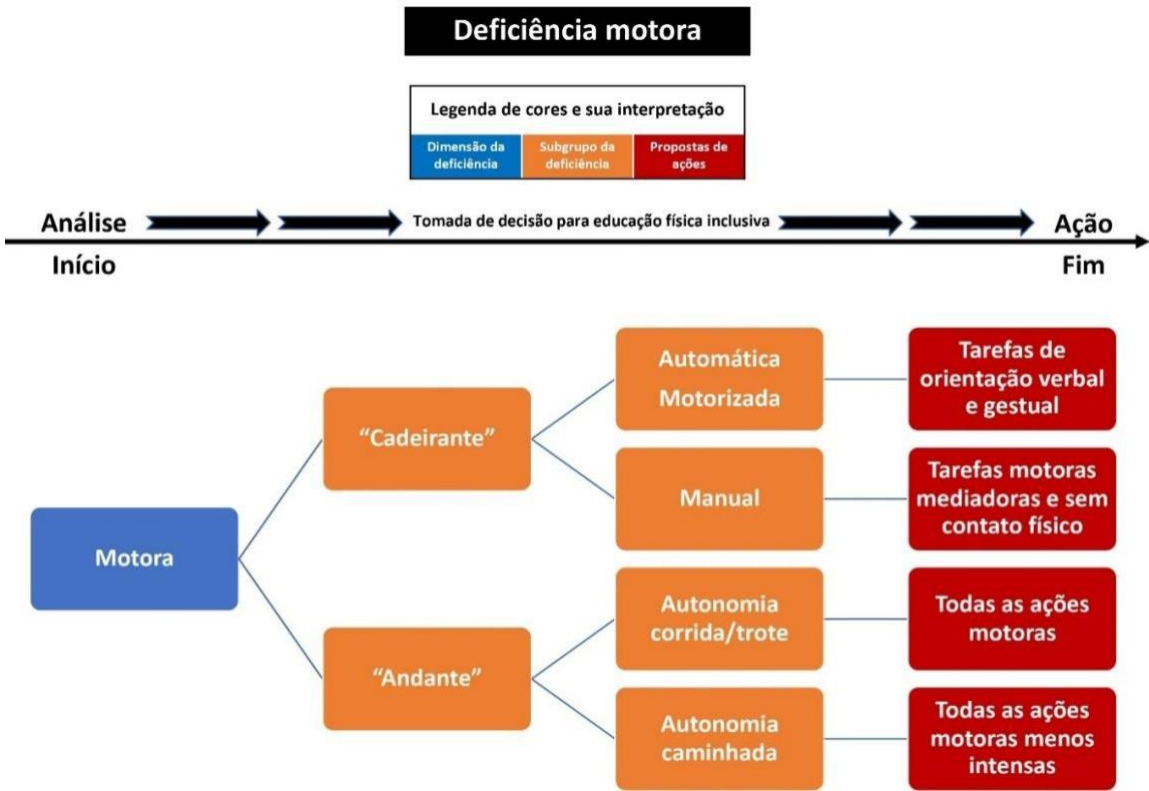
Atividade Motora Adaptada (AMA), segundo Rodrigues (2006), não se restringe apenas as pessoas com uma condição de deficiência. A AMA atende também, os indivíduos que possuem algum atraso de desenvolvimento motor, que tenham algum tipo de condições especiais de saúde, por exemplo. Portanto, a AMA não é uma atividade física limitada para pessoas com deficiência, são adaptações com o objetivo de atender o maior tipo de dificuldades, sejam permanentes ou temporárias.

Rodrigues (2006) traz algumas informações bastante pertinentes, como a capacidades de mudanças das variáveis de um mesmo exercício físico. Por exemplo, o professor ao propor nas aulas atividades de lançamento de objetos para atingir um alvo, ele consegue obter nesse tipo de prática física, três tipos de variáveis: 1)

desempenho da execução: aqui, ele consegue visualizar a forma que o aluno com AMA lança o objeto, a trajetória, a posição de lançamento etc. 2) qual a tarefa a desempenhar: qual o melhor tipo de bola, como será a trajetória do lançamento, qual a localização do alvo, como será o apoio na execução das atividades. 3) Como será o contexto? Uma competição? Modalidade individual? Portanto, a mesma prática física permite alcançar resultados semelhantes com tipos variados de movimento, a escolha partirá diante de análises prévias quanto as limitações do executante (aluno com AMA).

Portanto, o fluxograma da **Figura 4** permite o professor fazer essas avaliações individuais, e desta forma ter maior sucesso no planejamento e nos resultados que pretende alcanças nas atividades físicas propostas para a sua turma de Educação Física.

Figura 4 - Fluxograma na tomada de decisão para Educação Física Inclusiva – alunos com deficiência motora.



Fonte: Os autores, 2024.

Assim sendo, é possível concluir que há muitos estudos que englobam o assunto e que buscam mecanismos didáticos adaptados a fim de incluir os alunos com AMA nas práticas físicas junto aos demais colegas de turma. Neste tópico, houve

apenas uma breve exemplificação sobre a importância de o profissional Educador Físico buscar suporte na literatura da Educação Inclusiva e a partir desse entendimento, adaptar os movimentos e exercícios. Para isso, o Plano de Ensino Individual (PEI) vem como ferramenta de suporte e planejamento adaptado, como será mais enfatizado no tópico seguinte.

5.3 Plano De Ensino Individual (PEI)

Neste eixo temático estão concentrados os artigos e informações que abordam sobre os processos que envolvem o Plano de Ensino Individual (PEI) e a partir desses princípios dispostos na literatura, é possível munir os educadores de informações que permitem a construção do PEI sem muita dificuldade.

Aqui, serão analisados os estudos dos autores Poker *et al.* (2013), Bacciotti (2022), Tannús-Valadão; Mendes (2018), IFSP (2020), Silva; Peric (2009), Portal Pedagógico (2024), Fontana; Cruz; Paula (2019) e Neuroeducação (2024), acerca do tema.

Poker *et al.* (2013) aborda que o PEI visa identificar e conhecer as barreiras arquitetônicas e curriculares que possam impedir ou impossibilitar as práticas pedagógicas dos alunos portadores de deficiência. O plano fundamenta-se na investigação aprofundada acerca do tipo de deficiência, quais os fatores limitantes, analisa também se o ambiente físico é viável para a execução das atividades; se os materiais e objetos que serão utilizados nas práticas pedagógicas são suficientes e partir desse ponto, elaborar metodologias estratégicas que melhor atendem as dificuldades desses alunos.

Para o desenvolvimento do Plano de Ensino Individual é imprescindível a participação dos gestores e da comunidade escolar, o envolvimento da família do aluno e do educador bem-preparado para tal responsabilidade (Poker *et al.*, 2013). Os autores complementam que o PEI não é um documento rígido, fechado e simplista. Trata-se de uma avaliação minuciosa acerca do aluno, nele deve constar qual o tipo de deficiência, as limitações e habilidades, é facilmente adaptável e moldável à medida que for necessário fazer ajustes. É um mecanismo em constante

construção, que deve ser ajustado à medida que o estudante evolua ou retroceda durante as aulas.

No **Quadro 1**, de forma resumida, estão os estudos de Fontana; Cruz; Paula (2019), Bacciotti (2022) e adaptação das informações de Neuroeducação (2024). Nele, é possível analisar de forma objetiva o que precisa constar no PEI.

Quadro 1- O que precisa ter no PEI?

(Continuação na próxima página)

Identificação do Aluno e Contextualização	<p>Nesta seção é onde claramente se identifica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o aluno para quem o plano está sendo elaborado; • informações pessoais, como: nome, idade, série e qualquer diagnóstico relevante de deficiência ou necessidades especiais; • contextualizar o ambiente escolar e familiar do aluno, destacando quaisquer desafios ou recursos disponíveis.
Objetivos e Metas Educacionais	<p>Definição dos objetivos e metas educacionais específicas para o aluno.</p> <p>Os objetivos devem ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> • mensuráveis; • alcançáveis; • adaptados às necessidades individuais do aluno. <p>Pode incluir as metas acadêmicas, como melhorar as habilidades de leitura ou matemática, bem como metas relacionadas ao desenvolvimento social e emocional.</p>
Estratégias de Ensino e Recursos	<p>O PEI deve detalhar as estratégias de ensino e os recursos que serão utilizados para apoiar o aluno em seu aprendizado.</p> <p>Pode incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adaptações curriculares; • uso de tecnologia assistiva; • suporte de professores de apoio ou tutores; • e acesso a materiais educacionais específicos. <p>As estratégias devem ser individualizadas e projetadas para atender às necessidades únicas do aluno.</p>

Modificações e Adaptações	O PEI também deve abordar quaisquer modificações ou adaptações necessárias para garantir que o aluno possa participar plenamente do ambiente escolar. Isso pode incluir modificações no ambiente físico da sala de aula, ajustes no cronograma escolar, ou suporte adicional durante avaliações e testes.
Avaliação e Monitoramento	Estabelecer um processo claro para avaliar e monitorar o progresso do aluno ao longo do tempo. Isso pode incluir avaliações regulares de seu desempenho acadêmico, observações de seu comportamento e interações sociais, e feedback contínuo dos professores e pais. Através dessas avaliações, o PEI pode ser ajustado conforme necessário para garantir que continue atendendo às necessidades do aluno.
Envolvimento dos Pais e Responsáveis	É essencial que os pais e responsáveis sejam parceiros ativos no processo de elaboração e implementação do PEI. Eles devem ser consultados e envolvidos desde o início, compartilhando informações sobre as necessidades do aluno e fornecendo feedback sobre o plano proposto. O PEI também deve incluir uma estratégia para comunicação regular entre a escola e a família, garantindo uma colaboração eficaz.

Fonte: Adaptado de Neuroeducação, 2024.

Tannús-Valadão; Mendes (2018) abordam que, de forma sintética, o planejamento individualizado pode ser tanto “escolar”, no que se diz respeito às demandas da grade curricular da escola, como “educacionais” no que se refere em atender as demandas da vida em comunidade de modo geral, ou seja, nesse modo, o estudante é visto como participante do ciclo social que a aula de educação física constrói. Eles concluem que o PEI é um documento que promove e garante um compromisso de ensino-aprendizagem com o aluno deficiente.

Ao discutir os estudos de Tannús-Valadão; Mendes (2018), o PEI quebra as barreiras do padrão, auxilia no currículo oficial da disciplina, detalha e especifica como devem ser executadas as abordagens das práticas físicas, pois nele, o professor de EF aponta o que é mais conveniente para o estudante, de modo que não haja restrições e diferenças com relação as atividades executadas pelos demais alunos, o importante é tornar o ambiente escolar em um meio inclusivo e não excludente.

Por fim, o IFSP (2020) fecha e resume essa discussão ao levantar quanto a questão legal e normativa do PEI, apontando que conforme a Instrução normativa PRE/IFSP nº 001, de 20 de março de 2017, o PEI é composto de informações gerais sobre o estudante, de sugestões de encaminhamentos e de um programa pedagógico; que o plano precisa ser aprovado pelo estudante e/ou pelo responsável (caso o aluno seja menor de idade) e deve ser revisado periodicamente, para acompanhar o desenvolvimento do aluno e mudar as estratégias de ensino conforme as observações feitas durante as aulas e desta forma, garantir a inclusão desses alunos com os demais colegas.

Diante do exposto, os trabalhos que foram base para os levantamos bibliográficos acerca do assunto, possibilitarem, de forma sucinta e objetiva, mostrar a importância de adotar o PEI e as diretrizes básicas que contemplam o planejamento em prol de atender os mais diversos tipos de deficiências.

5.3.1 Estratégias para monitorar e avaliar a eficácia do PEI

Não basta apenas fazer o PEI, é necessário monitorar e sempre que necessário, fazer modificações. Não se trata de um plano de ensino simples e que servirá por um longo prazo, pelo contrário, à medida que o aluno vai desenvolvendo ou regredindo as suas habilidades é necessário voltar ao PEI e buscar por medidas que permitam ajustar de acordo com a nova necessidade.

Uma das estratégias de monitoramento consiste nas avaliações multifacetadas e periódicas dos alunos com deficiência, que de acordo com a cartilha “Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais” do MEC, para os alunos que necessitem de plano de ensino especial, as avaliações devem ser adotadas com a finalidade de implementar medidas de apoio e que visem o progresso e o sucesso de todos os alunos, sem distinção. Ainda complementa que os procedimentos e instrumentos de avaliação devem ser constantemente adaptados e ressignificados para cada fim no qual pretende alcançar (Brasil, 2006).

Vale frisar que é indispensável explorar atividades avaliativas diversificadas que levem em consideração as diferenças e particularidades individuais dos estudantes, principalmente em se tratando dos alunos com deficiências e com limitações (Brasil, 2006).

Complementando as abordagens anteriores, os autores Silva; Peric (2009) discutem sobre os métodos avaliativos. Com base nos seus levantamentos, eles apontam que há três tipos de avaliações, que são as avaliações diagnósticas; formativas e somativas. A seguir, serão detalhadas cada uma delas, de acordo com Silva; Peric (2009):

- a. Avaliação diagnóstica - realiza o conhecimento prévio da situação real do aluno, permitindo que o educador físico planeje as metodologias e materiais necessários para desempenhar com sucesso as atividades físicas específicas para cada aluno com deficiência e permite identificar as habilidades dos alunos. Por fim, os autores enfatizam que esse tipo de avaliação não deve ocorrer apenas no início do ano letivo, mas deve ser reformulado à medida que se tenham novos projetos ou que seja visualizado a necessidade de uma reformulação;
- b. Avaliação formativa - permite compreender quanto a situação atual do educando. Construir uma relação baseada na confiança e diálogo entre professor e aluno é imprescindível para o sucesso dessa etapa;
- c. Avaliação somativas - esse tipo de processo avaliativo ocorre no final do período de ensino (semestre ou ano letivo), tendo a finalidade de medir o conhecimento adquirido e o desempenho geral dos alunos ao longo do tempo. Vale salientar que é importante que essa avaliação alcance todos os alunos, não sendo restrita apenas aos educandos portadores de deficiência e sempre levando em consideração as necessidades específicas de cada um.

O portal Tópicos (2023) adiciona que a formação continuada de professores é outra ferramenta essencial na Educação Inclusiva, ela garante que os educadores estejam preparados para implementar práticas inclusivas, contribuir para a avaliação eficaz, saber como socializar e compreender os alunos PcDs. A formação continuada permite que o professor desenvolva e aborde questões relacionadas à inclusão, assim como o fornecimento de apoio e orientação nas práticas pedagógicas.

Outro ponto de destaque para o desenvolvimento efetivo do PEI, está na participação dos professores, especialistas e pais dos alunos com deficiência é

também um dos instrumentos vitais para a construção do PEI. A união desses participantes permite a troca de informações e estratégias que considerem o aluno como um todo, e não apenas o portador de deficiência e necessidades especiais. Assim, surge um ambiente educacional mais inclusivo (Pedagógica, 2024).

5.4 Desafios e barreiras da educação física inclusiva

Neste eixo temático estão concentrados estudos que debatem sobre os desafios e as barreiras enfrentadas na EFI.

Há muitas dificuldades no processo de inclusão dos alunos portadores de deficiência, primeiro pode-se destacar os preconceitos com esses estudantes no ambiente escolar, como retratam Voigt; Paula (2021). Os autores abordam tal temática expressando em seus estudos que as barreiras atitudinais impedem que haja o sucesso das vivências inclusivas. Voigt; Paula (2021) mostram que o mentor da aula de Educação Física promove vivências e experiências de constante troca.

São nessas aulas, que segundo os autores, ocorrem as práticas corporais que possibilita as interações, sensações, percepções, tomadas de decisões e atitudes frente aos diferentes colegas da aula (Voigt; Paula, 2021).

Diante dessas afirmações, é possível identificar a importância de os alunos com deficiência fazerem parte ativamente das aulas de EF com os demais estudantes, o contato com os colegas aproxima e mostra que pertencem ao mesmo lugar e que não há motivos para serem excluídos das atividades em grupos heterogêneos.

Com base nisso, Souza; Pereira; Venâncio (2022) complementam o que foi exposto por Voigt; Paula (2021), ao expressarem que as escolas têm como obrigação, perante bases legais, de promoverem mudanças significativas que atendam as peculiaridades de cada aluno(a), de modo que consigam ofertar a todos(as), sem exceção, um ensino de qualidade, respeitando as diferenças e especificidades de cada um. Os autores ainda adicionam que mesmo com todo esse discurso e interesse que o assunto vem tomando ao longo dos últimos anos, a Educação Inclusiva (EI) não vem sendo realizada efetivamente, e há diversos fatores que levam a não concretização do que diz na legislação e nas investigações no campo educativo da EI.

Souza; Pereira; Venâncio (2022) levantaram algumas questões que impedem a efetiva EI: a) em primeiro lugar e uma das principais dificuldades, a falta de preparo e conhecimento dos professores com relação em adaptar e planejar aulas que atendam os seus alunos com deficiência; b) em seguida, onde na verdade é uma consequência do primeiro ponto, a necessidade de (re)ver as práticas pedagógicas, a fim de adaptar as metodologias utilizadas para que não haja distinção e que atenda às necessidades de cada um dos estudantes desmistificando o paradigma de que a EI é exclusivamente para a pessoa com deficiência (PcD).

Porém, eliminar as barreiras já existentes é uma tarefa bastante complexa, como apontam Alves *et al.* (2013), pois deve ser um processo contínuo de conscientização em todas as camadas educacional e de sensibilização, sendo este último no sentido de acolhimento desses estudantes PcDs. Ainda nesse contexto, os autores comentam que a Educação Inclusiva é uma exigência Legal e deve ser executada em todas as escolas do Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo bibliográfico permitiu identificar a importância que a Educação Inclusiva exerce no âmbito escolar. A partir do momento em que a abordagem pedagógica é adaptada com o objetivo de viabilizar as aulas para os alunos portadores de deficiência, a fim de promover o aprendizado efetivo, há de fato a execução dos direitos civis declarados na Constituição Brasileira de 1988, onde determina que todos, sem exceção, possuem o direito ao ensino escolar e educação de qualidade, além do direito à inclusão (sem preconceitos ou discriminação de qualquer gênero).

É partindo desse viés que, ao longo das últimas décadas, o modelo educacional passa por diversas mudanças e adaptações. A busca pela efetivação da Educação Inclusiva caminha a passos lentos, pois no Brasil, ainda não há leis específicas que exigem a aplicação e modificações da metodologia pedagógicas para alunos com deficiência. O que existe, são pequenos ajustes, que muitas vezes, partem de esferas isoladas, como por exemplo, os professores que se sensibilizam e buscam integrar esses estudantes PcDs aos demais. Ao longo das pesquisas, é notório que a maioria dos professores são despreparados, pedagogicamente falando, porém, visualizam nos seus alunos com deficiência, a importância da prática física para o seu desenvolvimento físico, psicológico e social.

Diante dessas reflexões, o presente estudo tem por finalidade descrever como a Educação Física Inclusiva é indispensável nas práticas educacionais; que o planejamento educacional base, pode e deve ser adaptado para atender a todos os alunos e que, ao utilizar fluxogramas para tomadas de decisões, o educador otimiza o seu tempo de preparo das aulas e identifica as necessidades específicas de cada um dos seus alunos (com ou sem deficiência). Outro ponto importante demonstrado no decorrer do trabalho, é quanto o Plano de Ensino Individual, trata-se de uma ferramenta pouco utilizada, porém muito valiosa na EFI.

Por fim, pode-se concluir que os objetivos propostos no início da pesquisa foram atingidos com êxito. Porém, é certo que ainda há muito a ser estudado e aplicado no dia a dia da EFI. Mas, assim como os levantamentos bibliográficos que fundamentaram esse estudo foram cruciais para o delineamento desta questão-problema, esperamos que outros pesquisadores possam complementar e elaborar

novos estudos e debates a partir deste. Essa discussão não se encerra aqui, a Educação Física Inclusiva não é uma utopia, ela existe!

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia>. Acesso em: 05 set. 2024.

ALVES, T. P. *et al.* Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 7, n. 3, p.192-204, 2013. ISSN 1982-7199. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em 25 ago. 2024.

BACCIOTTI, P. D'A. O. **Programa de formação continuada de professores de educação física para elaboração e aplicação do plano de ensino individualizado.** 2022. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/17391/TESE%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BOATO, E. M.; LOURENÇO, C. A emoção e o movimento corporal humano: algumas considerações sobre a educação física para alunos com deficiência visual. In: CARVALHO JÚNIOR, A. F. P. (org.). **Educação Física escolar junto a estudantes com deficiência visual: pesquisas e práticas.** Editora Appris LTDA: Curitiba, 2021. 181p. ISBN 9786525006123.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais.** 2. ed. Brasília: SEESP/MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

EMPRESA JÚNIOR FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Fluxograma: o que é e quais os benefícios?** São Paulo: EJFGV, 2024. Disponível em: <https://ejfgv.com/fluxograma/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

FONTANA, E. C.; CRUZ, G. de C.; PAULA, L. A. de. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia de inclusão e aprendizagem nas aulas de Educação Física. **Da Investigação às Práticas**, Lisboa, v. 9, n. 2, p. 118-131, 2019.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Estratégias de Professores de Educação Física para Promover a Participação de Alunos com Deficiência Auditiva nas Aulas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília-SP, v. 24, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/PdNFXTkjnKcsS3NBLpTctQL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 ago 2024.

GIBBIS G. **Análise de dados qualitativos.** São Paulo: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa). Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=t1TWL4__w4cC&oi=fnd&pg=PA7&dq=dados+qualitativos&ots=G65St_49jw&sig

=ajo2DPXyOSqyYghuHYEW94f4ugs#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 28 ago. 2024.

GIROLDO, J. C. Efeitos da atividade física em pessoas com Dúndrome de Down. **Revista Carioca de Educação Física**, v. 15, n. 1, p. 40-53, 2020.

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, Rio de Janeiro-RJ, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012.

Disponível em: <https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/chsr.2014.005>. Acesso em: 20 ago 2024.

HEREDERO, E. S. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. **Plano Educacional Individualizado - NAPNE**. Socoraba, SP: Coordenadoria Sociopedagógica, IFSP, 2020.

Disponível em: <https://sor.ifsp.edu.br/index.php/ultimos/87-artigos-arquivados/655-plano-educacional-individualizado-napne>. Acesso em: 18 ago. 2024.

MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2ª.ed. São Paulo: Edição Loyola, 1994.

MARTINS, C. A.; MARQUES, C. R. Expressão corporal e linguagem: os mistérios da comunicação de deficientes auditivos. **R. Min. Educ. Fís.** Viçosa, v. 22, n. 3, p. 116-124, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufv.br/revminef/article/view/10046/5545>. Acesso em: 10 set. 2024.

MATOS, P. P. S. **Inclusão de estudantes com deficiência visual nas aulas de dança e educação física escolar**. 2021. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, São Luís, 2021.

MUSTER, M. A. V. **Educação física e esporte adaptado: programas de ensino e subsídios para a inclusão**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2023.

MUNSTER, M.A.V. *et al.* Plano de ensino individualizado aplicado à educação física: validação de um inventário na versão em português. **Revista da Sobama**, Marília, v.15, n.1, p.45-54, 2014.

NEUROEDUCAÇÃO, R. **O que deve constar no PEI?** 2024. Disponível em: <https://rhemaneuroeducacao.com.br/blog/o-que-deve-constar-no-pei/>. Acesso em: 23 ago.2024.

PATRÍCIO, D. P. **Proposta de Ensino-Aprendizagem de Natação a Crianças Cegas: Estudo de caso**. 2013. Dissertação (mestrado em Educação Física) - Universidade Portucalense Infate D. Henrique Porto, Portugal, 2013.

SALVINO, J. **Inclusão em foco: rumo a uma educação mais acessível e equitativa.** [S. l.]: Vozes Pedagógicas, 2024. Disponível em: <https://vozespedagogicas.com.br/inclusao-acessivel-e-equitativa-em-foco/>. Acesso em: 29 out. 2024.

POKER, R. B. *et al.* **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

RODRIGUES, D. As dimensões de adaptação de atividades motoras. 2006. XI Congresso Ciências do Desporto e Educação Física dos países de língua portuguesa. **Rev. bras. Educ. Fís. Esp.** São Paulo, v.20, p.53-58, São Paulo, 2006.

ROSANELLE, H. F; ARANTES, J. R. **Natação adaptada para pessoas com deficiência visual e cegos: Revisão Bibliográfica.** 2013. Monografia (Graduação em Educação Física) - Faculdade de Educação e Artes da Universidade do Vale da Paraíba, São José dos Campos, 2013.

SANTOS, F. F.; MATOS, M. A. de S.; SANTOS, J. O. L. Fatores Potencializadores e/ou Dificultadores do Processo de Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. **Educação**, Santa Maria, v. 45, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao>. Acesso em: 21 ago. 2024.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11 ed. Campinas- SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, R. H. dos R.; SOUSA, S. B.; VIDAL, M. H. C. Dilemas e perspectivas da educação física diante do paradigma da inclusão. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.11, n.2, p.125-135, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/1793/4089>. Acesso em: 21 ago. 2024.

SILVA, W. G.; PERIC, R. B. A. Avaliação nas aulas de Educação Física: entre Teoria e Prática. **Revista Interfaces: Ensino, Pesquisa e Extensão.** a.1, n.1, 2009.

SOUZA, S.T. B. de; PEREIRA, A. S. M.; VENÂNCIO, L. Alunos(as) com necessidades educacionais especiais na Educação Física Escolar: relatos de experiências de um professor-pesquisador. **Práticas educativas, memórias e oralidades - Revista do PEMO**, Fortaleza, v. 4, e48178, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo>. Acesso em: 19 ago. 2024.

STAINBACK, W.; & STAINBACK, S. **Inclusão: Um guia para educadores.** São Paulo: Artmed, 1990.

TANI, G. **Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista.** São Paulo: EPU, 2005.

TANNÚS-VALADÃO, G. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: avaliação de um programa de formação continuada para educadores.** 2013. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São

Carlos, 2013.

TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E.G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230076, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJJDHWr3xyVzztRdVjdhJSg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2024.

TOMLINSON, C. A. **How to differentiate instruction in mixed-ability Classrooms**. 2 ed. Association for Supervision and Curriculum Development Alexandria: Virginia, 2001. Disponível em: <https://rutamaestra.santillana.com.co/wp-content/uploads/2020/01/Classrooms-2nd-Edition-By-Carol-Ann-Tomlinson.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.

TÓPICO, Educação em. **Avaliação da Eficácia das Políticas de Educação Inclusiva: Um Olhar Crítico**. 2023. Disponível em: <https://educacaoemtopicos.com.br/avaliacao-educacao-inclusiva-importancia-metodos-impactos/>. Acesso em: 25 set. 2024.

VOIGT, R. D.; PAULA, A. I. de. Atividades inclusivas nas aulas de educação física: atitudes de Estudantes sobre Inclusão. **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande-MS, v.27, n.53, p.119-137, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://intermeio.ufms.br/index.php/intm/article/view/13604/9304>. Acesso em: 19 ago. 2024.

VYGOTSKY, L. S. **Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes**. Cambridge, UK: Harvard University Press, 1978.

WINNICK, J. P. Educação física e esportes adaptados. *In: Educação física e esportes adaptados*. 1 ed., p. 552-552, Barueri, SP : Manole, 2004.